

Agricultor

2000



DIRETOR:
Eng.º NUNO SOUSA
II SÉRIE

MAIO DE 2024

www.aasm-cua.com.pt

Nº 152



Continua a faltar a promoção e internacionalização dos produtos dos Açores

Presidente da Associação Agrícola de São Miguel e da Federação Agrícola dos Açores, Jorge Rita, faz um balanço à atual e futura situação do setor agrícola. A fileira do leite continua a ser uma preocupação. Aborda a importância dos fundos comunitários. Aguarda com expectativa as políticas a adotar pelos novos governos dos Açores e da República **Páginas 2a4**



**Colóquio sobre
a campanha de fertilizantes
ENTEC e milhos DEKALB**

Página 11

**Assembleia-geral
da Federação
renova confiança
na direção
liderada
por Jorge Rita**

Página 20

**16º Curso
de Preparadores
de Animais
promovido pela
Cooperativa
União Agrícola**

Páginas 6a10

**Associação
Agrícola
de São Miguel
inicia reuniões
pelas Câmaras
Municipais da Ilha**

Página 20

Editorial

Estaremos sempre na defesa intransigente do rendimento dos Agricultores Açorianos

O setor agrícola ultrapassa um período turbado, em resultado das dificuldades que os agricultores têm tido um pouco por toda a Europa, devido à inflação, às taxas de juro, ao preço dos combustíveis e também, pelas influências na economia, decorrentes da guerra na Ucrânia ou do conflito no médio oriente, e que têm igualmente, reflexo nos Açores.

Em períodos complexos como o que passamos, há sempre aproveitamentos ilegítimos do descontentamento existente, mas que foram rapidamente ultrapassados pela lavoura micaelense. Esta realidade foi bem expressa, na última assembleia geral e no colóquio sobre a campanha de sementeira de milhos forrageiros 2024, em que a adesão da lavoura foi bem evidente, mostrando estar bem informada e atenta à situação atual, sendo uma demonstração inequívoca que os associados sabem o que pretendem e sabem que este conselho de administração tem desenvolvido um trabalho sério e responsável na procura de soluções para o setor agrícola.

A União da lavoura saiu reforçada e foi uma demonstração inequívoca da força e da vitalidade da Agricultura Micaelense e dos Açores.

As dificuldades do setor agrícola existem e devem ser devidamente enfrentadas, pelo que, seremos sempre os primeiros a reivindicar perante as indústrias, a distribuição, o governo regional, o governo da República, e em Bruxelas.

Desta nossa firmeza e perseverança, têm sido obtidas medidas capazes de minorar alguns dos constrangimentos do setor agrícola, como o fim dos rateios do Posei, do Prorural+ e Pepac, a redução voluntária da produção de leite, a reconversão de leite para carne, o apoio à sementeira de milho e sorgo, o apoio direto aos jovens agricultores na diminuição dos pagamentos à Segurança Social, o apoio a todos os agricultores referentes ao aumento das taxas de juro ou o apoio à fibra.

Estes são alguns exemplos de medidas mais recentes reivindicadas junto do Governo Regional dos Açores, mas que sabemos, que não são suficientes, por isso, estaremos sempre na procura de soluções capazes de corresponder às necessidades dos agricultores.

Algumas regras da Política Agrícola Comum também foram alteradas, promovendo a simplificação de processos e embora, estas mudanças não sejam as suficientes, tiveram o acompanhamento devido da Federação Agrícola dos Açores.

A lavoura sabe que pode contar connosco porque a nossa intervenção passa sempre pela defesa intransigente dos rendimentos dos agricultores.

Jorge Alberto Serpa da Costa Rita

Continua a faltar a promoção e internacionalização dos produtos dos Açores

>> *Presidente da Associação Agrícola de São Miguel e da Federação Agrícola dos Açores faz um balanço à atual e futura situação do setor agrícola. A fileira do leite continua a ser uma preocupação. Aborda a importância dos fundos comunitários. Aguarda com expectativa as políticas a adotar pelos novos governos dos Açores e da República*

- Como analisa o estado atual do setor agrícola?

Jorge Rita - O setor agrícola passa por um período difícil e que exige soluções para os problemas que afetam os agricultores. O contexto nacional e internacional não é fácil, seja pelas variações existentes na inflação, nas taxas de juro ou do preço dos combustíveis e também, pela guerra existente na Ucrânia ou o conflito no médio oriente. Estas situações têm levado ao aumento dos custos de produção nos últimos anos, mas que nalguns casos, como as rações, os adubos ou o gasóleo agrícola, já se tenham registado algumas descidas. É evidente que a postura imoral de algumas indústrias de baixar o preço de leite aos produtores contribui numa forma exponencial para este mau estar.

Por outro lado, as exigências à atividade agrícola criadas pela União Europeia são cada vez maiores e contribuem para o estrangulamento de muitas explorações em toda a Europa. O ambientalismo, por vezes radical, existente em Bruxelas é um dos grandes responsáveis por esta situação e pela primeira vez, estamos a perceber que as entidades europeias estão a recuar nalgumas medidas que têm vindo a ser implementadas e que têm impacto muito negativo no mundo rural e que acabam por pôr em causa a soberania alimentar europeia.

Face a esta realidade, temos desenvolvido um trabalho junto do governo regional de encontrar medidas capazes de corresponder às expectativas dos agri-

cultores. Algumas delas foram reafirmadas pelo Presidente do Governo, como o adiantamento do prémio aos produtos lácteos, o apoio direto aos jovens agricultores na diminuição dos pagamentos à Segurança Social, apoios a todos os agricultores referentes ao aumento das taxas de juro, a manutenção da compra de sementes de milho ou de sorgo, a aplicação de reformas antecipadas, a manutenção das ajudas POSEI sem rateios, a continuação da reestruturação do setor leiteiro através da reconversão da produção leiteira em produção de carne e dos apoios à redução voluntária da produção de leite,

A Associação Agrícola de São Miguel não descarta a problemática dos custos de produção, desenvolvendo, por isso, um trabalho consistente junto dos seus associados

ou o pagamento da ajuda aos detentores de bovinos para abate e sofreram os efeitos negativos da covid-19 sobre os preços.

- Tem dito que, em muitas explorações, os rendimentos do leite já não são suficientes para suportar os custos de produção. É verdade que há lavradores em São Miguel que pagam para ter vacas de leite? A haver, estes lavradores têm alternativas...

J.R. - Tem sido um problema que temos vindo a enfrentar nos últimos anos e que nos tem preocupado muito e para o qual temos procurado soluções.

A indústria continua a querer

leite de qualidade mas a preço barato e isso tem levado ao estrangulamento de muitas explorações, por isso, fomos apologistas da várias medidas que contribuem para a diminuição da produção de leite na região, como a reconversão de explorações de leite para carne e a redução voluntária da produção de leite, que tem sido um instrumento fundamental na defesa dos produtores de leite e que irá ser reforçada este ano, já que, com os comportamentos de algumas das indústrias regionais, só assim, poderemos defender devidamente os rendimentos dos agricultores.

A redução voluntária da produção de leite é uma arma que temos para nos defender de quem não consegue respeitar o árduo trabalho diário dos produtores que tudo têm feito para corresponder às exigências que são feitas. Pena é que alguma indústria, embora possua fábricas modernizadas, não consegue valorizar os seus produtos e com isso, assegurar à lavoura rendimentos dignos.

- A viabilização das explorações agrícolas não passa por uma melhor gestão, por exemplo, em termos de redução dos custos de produção?

J.R. - Passa também por aí, mas esse não é o cerne da questão. O principal problema é sempre o preço de leite praticado, embora a Associação Agrícola de São Miguel não descure a problemática dos custos de produção, desenvolvendo, por isso, um trabalho





Não temos conhecimento na integra do novo PEPAC - Açores

Temos muitas expectativas com o novo Governo Regional dos Açores

gião é vital na nossa economia por aquilo que representa na balança comercial. Porque nós somos exportadores de quase tudo o que fazemos, pelas questões ambientais que ficam salvaguardadas, pela agricultura sustentável, como tem sido demonstrado ao longo dos anos, e por aquilo que potenciamos claramente noutros setores de atividade como o turismo. Não há turismo na Região se não tivermos uma agricultura sustentável. O que potencia esse grande crescimento no turismo é termos uma agricultura forte e dinâmica, não esquecendo que somos os verdadeiros jardineiros desta magnífica paisagem. Para isso é preciso continuar a investir nesse setor. Concretamente, o que é que nos falha e que andamos sempre a reclamar que tem a ver com o rendimento dos agricultores? Falta claramente a valorização verdadeira dos nossos produtos. Continuamos no setor leiteiro ainda a vender produtos muito baratos, muito assentes em marcas brancas. Precisamos de valorizar também muito a nossa carne e isso também se faz com a introdução de bom turismo nos Açores. Temos bons exemplos de muitas marcas que temos criadas nos Açores, desde o chá a outras produções como o ananás, os vinhos, especialmente do Pico e não só, os produtos lácteos, a nossa carne, há aqui toda uma valorização que já começa a ser notória, mas esse passo ainda tem que ser dado numa forma mais constante. O que é que é preciso para que isso possa continuar a acontecer? Temos que internacionalizar os Açores em termos dos nossos produtos, sabendo que não temos dimensão, nem vamos ter escala. Temos de produzir com qualidade associada à nossa magnífica imagem. A questão é: quais são os mercados absorventes da excelência dos nossos produtos, e esses é que têm de ser trabalhados. Para isso tem que haver uma estratégia regional no sentido de articular, integrar e promover muito bem os produtos dos Açores. Não podemos continuar a ter os nossos produtores a ter dos rendimentos mais baixos da Europa. Não é dessa forma que a Região dará o >>

consistente junto dos seus associados e que tem sido intensificado numa forma bem visível nos últimos anos. Não podemos esquecer o trabalho que fazemos na área da extensão rural, suportado por vários técnicos, onde se destacam os aconselhamentos sobre sementeiras, nutrição vegetal, nutrição animal, boas práticas agrícolas e ambientais e apoio a todas as áreas comerciais. Temos ainda ao dispor dos associados, médicos veterinários, ou instrumentos como o contraste leiteiro, o que tem permitido melhorar cada vez mais o leite entregue nas fábricas, tal como se demonstra nos dados oficiais publicados.

- A agricultura continua a ter futuro na região?

J.R. - Sem dúvida que sim, mas temos sempre de trabalhar em prol de um setor que é extremamente importante na Região e da qualidade do produto em si. Para que isso aconteça é preciso que a produção continue a ter as condições exigíveis para produzir com qualidade. Estamos a falar em todos os setores de atividade na área da agricultura, desde o leite à carne, passando pela diversificação agrícola, onde estão incluídas as outras produções. Acho que temos exemplos extraordinários da valorização dos nossos produtos. O que falta, ao fim e ao cabo, é o trabalho que tem de ser feito para o futuro: a valorização do nosso produto. A nível da produção há sempre muito que se pode fazer, obviamente que exis-

O setor agrícola passa por um período difícil e que exige soluções para os problemas que afetam os agricultores

te sempre um caminho a percorrer com o objetivo traçado pela produção que é produzir leite, carne e outras produções com qualidade, associada à nossa Marca Açores, que é excepcional, que toda a gente conhece e que é uma marca mágica. Todos nós já percebemos que a nossa produção deve estar associada ao nosso ambiente e à sustentabilidade que temos de ter, a nível económico, social, territorial e ambiental (fixação de população nos meios rurais). São chavões que se utilizam muito. Os Açores são das regiões do país e da União Europeia que mais se aproximam daquilo que são as diretrizes da própria União, sabendo que este é um setor muito importante na nossa economia, não só por aquilo que representa em termos económicos, mas também sociais. Precisamos que haja um trabalho

sempre em conjunto da Região, do país e da Europa em prol deste setor de atividade tão importante na defesa da nossa economia. Tudo o que se investe na agricultura na Região tem sempre retorno económico e social, tem sempre repercussões positivas e é esse trabalho que tem que continuar a ser feito.

- O que é que a agricultura precisa fazer mais para se modernizar?

J.R. - A agricultura nos Açores

desenvolveu-se e muito comparativamente há 20 anos atrás, mas obviamente não está tudo feito, nem nunca estará tudo feito. O leite é preponderante e dominante, mas também o crescimento da carne e das outras produções agrícolas são extremamente importantes. Para isso, de forma objetiva, tem que haver da parte dos governos regionais, da parte da UE e mesmo a nível nacional um entendimento que este setor na Re-

A nível da produção há sempre muito que se pode fazer, obviamente que existe sempre um caminho a percorrer com o objetivo traçado pela produção que é produzir leite, carne e outras produções com qualidade, associada à nossa Marca Açores



A indústria continua a querer leite de qualidade, mas a preço barato e isso tem levado ao estrangulamento de muitas explorações

>>

salto. O sucesso da região estará sempre associado à valorização dos nossos produtos, com a introdução de cada vez mais produtos diferenciados e de mais valor acrescentado, nomeadamente na área do leite (novos queijos por exemplo), e isso, implica também a elaboração de um verdadeiro plano de marketing.

- Tem também defendido uma maior celeridade na aprovação dos projetos dos jovens agricultores e alertado para a necessidade de o Governo dos Açores efetuar os pagamentos a tempo. Aliás, tem mesmo defendido que se defina os 'timings' certos para os pagamentos das verbas regionais aos agricultores. Qual o ponto da situação desta reivindicação?

J.R. - A área dos projetos de investimento tem passado por

um período complexo e que não tem decorrido da melhor forma. Não temos conhecimento na íntegra do novo PEPAC - Açores e isso, irá gerar ineficiências na sua aplicação, e com consequências negativas na gestão das explorações.

Estamos ainda em tempo de melhorar algumas dos pressupostos do PEPAC-Açores e contamos que o novo governo possa assumir esse compromisso, de forma a termos um quadro comunitário de apoio que seja mais de acordo com as necessidades do setor e flexível.

Relativamente ao calendário indicativo regional de pagamentos aos agricultores sempre o defendemos por ir contribuir para uma melhor programação da gestão das explorações.

- Quais as expectativas com o novo Governo Regional dos Açores?

J.R. - Temos muitas expectativas com o novo Governo Regional dos Açores. Temos tido uma relação positiva com o presidente do Governo, o que nos tem permitido implementar medidas de grande impacto nas explorações agrícolas, como as que já descrevi atrás. No entanto, continuam a existir vários problemas na agricultura que precisam de ser ultrapassados, e têm de ser reunidas condições para que se promovam determinadas medidas que passam pela necessidade

de um controlo eficaz e integrado das principais pragas, o alargamento da formação profissional junto dos agricultores e dos mais jovens, a melhoria da rede regional de abate, o apoio às organizações de produtores ou o apoio aos jovens agricultores, são sempre cruciais na sustentabilidade do setor.

Necessitamos também de um claro reforço do investimento em infraestruturas agrícolas - caminhos de penetração, abastecimento de água e luz às explorações, aten-

Aguardamos que o conhecimento que o ministro da agricultura tem sobre o setor seja uma valia e que seja capaz de defender os Açores na União Europeia com rigor e convicção

O apoio direto aos jovens agricultores na diminuição dos pagamentos à Segurança Social e os apoios a todos os agricultores referentes ao aumento das taxas de juro (novo Safiagri) já estão acordados com o Governo Regional

dendo à degradação evidente de muitos caminhos agrícolas nalgumas ilhas.

Aguardamos que a criação do observatório agroalimentar dos Açores possa contribuir para a repartição justa dos rendimentos de cada um dos intervenientes da cadeia alimentar, de modo a que os produtores deixem de ser o parente pobre da fileira.

Também, a nova legislação no âmbito do benefício fiscal do gasóleo agrícola deve ser revista, e ir de novo ao parlamento regional, aguardando-se que os partidos políticos sejam responsáveis e aprovelem uma medida muito importante para o setor agrícola.

Esperamos que a equipa da secretaria da agricultura, que incluirá alguns novos diretores regionais seja capaz de corresponder às expectativas dos agricultores, porque estamos a atravessar um período complicado a nível regional, nacional e internacional, onde as incertezas são muitas e variadas, por isso, precisamos de dirigentes que encarem a agricultura como um verdadeiro setor estratégico da economia regional.

- Entretanto, e decorrentes das eleições a nível nacional, temos um novo ministro da agricultura...

J.R. - É verdade, o novo ministro, José Manuel Fernandes, foi deputado ao parlamento europeu durante muitos anos e por isso, conhece profundamente as grandes linhas da Política Agrícola Comum e as suas consequências na agricultura do país, e a importância que a mesma tem nos Açores, que por sermos uma região ultraperiférica, que tem programas financeiros específicos, como o Posse. Aguardamos que este conhecimento seja uma valia e que seja capaz de defender os Açores na União Europeia com rigor e convicção. Também, esperamos que nas suas políticas nacionais não deixe de fora os Agricultores Açorianos, tal como aconteceu no anterior governo. Não podemos aceitar a discriminação que existiu na atribuição de ajudas nacionais ao setor agrícola regional. Foi uma afronta que foi feita às regiões autónomas e que urge corrigir.

Da nossa parte, o ministro da agricultura pode contar com o nosso apoio e colaboração na defesa intransigente dos interesses da Agricultura dos Açores.



Bem-estar Animal

Na sociedade atual cada vez mais, os temas relacionados com a qualidade de vida e bem-estar dos animais, são temas de elevada preocupação quer por parte dos consumidores, quer por parte dos produtores e sociedade.

Neste sentido, integrado no "Programa de Capacitação dos Agricultores e de Promoção da Literacia em Produção e Consumo Sustentáveis", medida criada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), decorreu no passado dia 14 de março de 2024, na Associação Agrícola de São Miguel, uma ação de informação em Bem-estar Animal, Princí-

pios do protocolo Welfare Quality, o bem-estar animal e o maneio.

Nesta sessão foram abordados temas com o objetivo de sensibilizar para a importância do Bem-estar animal no ponto de vista do consumidor, o impacto das práticas de maneio no bem-estar dos animais, no comportamento dos animais bem como na qualidade dos produtos, assim como das vantagens económicas resultantes da aplicação destas regras.

É de salientar a grande adesão e interesse que se registou por parte dos produtores, demonstrando uma vez mais que os produtores são os primeiros interessados no bem-estar dos seus animais.

AVISO

XX Concurso Micaelense da Raça Holstein Frísia XVI Concurso Juvenil Micaelense da Raça Holstein Frísia



XX Concurso Micaelense da Raça Holstein Frísia

O XX Concurso Micaelense da Raça Holstein Frísia irá decorrer entre os dias 6 a 9 de junho.

Todos os interessados em ter animais no Concurso Pecuário deverão contactar o gabinete de contraste leiteiro até ao próximo dia 23 de maio para fazerem a inscrição.



XVI Concurso Juvenil Micaelense da Raça Holstein Frísia

O XVI Concurso Juvenil Micaelense da Raça Holstein Frísia decorrerá nos dias do Concurso Micaelense em que a classificação será no dia 6 de junho.

Todos os interessados com idades até aos 13 anos deverão contactar o gabinete de contraste leiteiro até ao próximo dia 23 de maio para fazerem a inscrição.



Agradecimento ao Sr. Secretário António Ventura e Juíz do Concurso Luís Mota



16º Curso de Preparadores de Animais promovido pela Cooperativa União Agrícola

>> A Cooperativa União Agrícola, CRL em parceria com a Associação Agrícola de São Miguel, organizou entre 25 e 28 de março de 2024 o 16º Curso de Preparadores e Manejadores de Animais para concursos de bovinos Holstein Frísia. Como é habitual, esta formação decorreu nas instalações do Parque de Leilões, em Santana.

Nesta edição frequentaram o curso cerca de 60 formandos, com idades compreendidas entre os 5 e os 41 anos, sendo a maioria dos participantes da ilha de São Miguel, contudo o evento contou com formandos vindos de Portugal Continental e da ilha do Pico, o que vem novamente demonstrar o interesse por parte dos mais novos e por vezes até de jovens que não têm ligação com a agricultura, em conhecer melhor este meio e ter uma experiência de enriquecimento pessoal através do contato direto com os animais.

A 16ª edição desta formação decorreu de forma disciplinar, ordeira e muito organizada, iniciando-se pelas 6h00 e terminando depois das 19h00, todos os formandos participaram ativamente em todas as tarefas que lhes eram sugeridas, demonstrando muita atenção, curiosidade,

de rigor e sobretudo muita paixão na execução das tarefas. A vontade de melhorar e superar os desafios propostos pelo formador, o desejo de ser profissional nas diversas técnicas da tosquia e de manejar, o entusiasmo em procurar a perfeição, ficaram plenamente demonstrados no último dia deste evento, ao decorrer a prova de avaliação.

Curso de Preparadores e Manejadores:

O Curso de Preparadores de animais tem como principais objetivos aprimorar a apresentação dos animais nos concursos pecuários, que são a montra genética das explorações, e que demonstram todo o investimento e progresso obtido pelos produtores. Este curso contribui também para incentivar e promover a atividade agropecuária nos mais jovens.

Esta formação tem uma forte componente prática e permitiu aos formandos a aquisição de conhecimentos teórico-práticos, de lavagem, tosquia, alimentação e desfile em pista dos animais, assim como fornece uma base introdutória para a genética e bem-estar animal.

Luís Mota foi o formador desta edição, com um vasto currículo no trabalho com animais Holstein Frísia. Como produtor de leite e preparador, a sua exploração ganhou diversos prémios nacionais, duas das suas vacas foram campeãs nacionais e por diversas vezes foi considerado o melhor criador nacional. Luís é também juiz de concursos morfológicos e já julgou concursos regionais e internacionais. No último dia do curso, simulou-se um concurso pecuário, com o objetivo de avaliar os conhecimentos adquiridos pelos formandos no decorrer da formação.

No final foram distinguidos os seguintes formandos:

Melhor Manejador da 1ª Secção

1º Lugar	Manuel Raposo Melo
2º Lugar	Martim Furtado Plácido
3º Lugar	Mariana Medeiros Oliveira

Melhor Manejador da 2ª Secção

1º Lugar	João Aníbal Pavão Gomes
2º Lugar	Afonso Costa Pavão
3º Lugar	Maria Cristiana Ponte Oliveira

Melhor Manejador da 3ª Secção

1º Lugar	João Aníbal Pavão Gomes
2º Lugar	Manuel Raposo Melo
3º Lugar	Maria Cristiana Ponte Oliveira

Melhor Grupo

1º Lugar	Constança Pereira Silva Xavier Pereira Melo Jaime Marques Silva Laura Marques Silva Manuel Raposo Melo
2º Lugar	Martim Furtado Plácido Inês Silva Correia Rodrigo Sousa Santos Mariana Pereira Oliveira
3º Lugar	João Duarte Teves Arruda Santiago Costa Pavão Afonso Costa Pavão Alexandre Pacheco Aguiar Pinheiro Soares

Melhor Preparador

1º Lugar	Manuel Raposo Melo
2º Lugar	João Aníbal Pavão Gomes
3º Lugar	Mariana Pereira Oliveira



Manuel Raposo Melo
Melhor Preparador - 1º Lugar
1ª Secção - Melhor Manejador - 1º Lugar
3ª Secção - Melhor Manejador - 2º Lugar
Melhor Grupo - 1º Lugar



João Aníbal Pavão Gomes
Melhor Preparador - 2º Lugar
2ª Secção - Melhor Manejador - 1º Lugar
3ª Secção - Melhor Manejador - 1º Lugar



Mariana Pereira Oliveira
Melhor Preparador - 3º Lugar
Melhor Grupo - 2º Lugar



Martim Furtado Plácido
1ª Secção - Melhor Manejador - 2º Lugar
Melhor Grupo - 2º Lugar



Afonso Costa Pavão
2ª Secção - Melhor Manejador - 2º Lugar
Melhor Grupo - 3º Lugar



Maria Cristiana Ponte Oliveira
2ª Secção - Melhor Manejador - 3º Lugar
3ª Secção - Melhor Manejador - 3º Lugar



Mariana Medeiros Oliveira
1ª Secção - Melhor Manejador - 3º Lugar



Constança Silva, Xavier Melo, Jaime Silva, Laura Silva e Manuel Melo
Melhor Grupo - 1º Lugar



Martim Plácido, Inês Correia, Rodrigo Santos e Mariana Oliveira
Melhor Grupo - 2º Lugar



Santiago Pavão, Alexandre Pacheco Aguiar Pinheiro Soares, Afonso Pavão e João Arruda
Melhor Grupo - 3º Lugar

Dividiu-se os formandos em duas secções, a 1ª secção com os formandos mais novos e a 2ª secção com os formandos mais velhos. Depois juntou-se os três melhores maneja-dores da 1ª e da 2ª secção, formando a 3ª secção.

No final, o formando Manuel Raposo Melo (Feteiras) foi nomeado o melhor maneja-dor da 1ªsecção, já o formando João Aníbal Pavão Gomes (Feteiras) foi nomeado o melhor maneja-dor da 2ª e 3ª secção. Quanto à preparação do animal, após uma

análise minuciosa do Juiz a todos os animais, o animal mais bem preparado foi o do formando Manuel Raposo Melo (Feteiras). Depois de se realizarem as provas de avaliação, seguiu-se o almoço com todos os participantes, familiares e staff do concu-

so e pelas 14h00, seguiu-se a entrega de prémios. Deste modo, o Conselho de Administração da Associação Agrícola de São Miguel, gostaria de felicitar todos os vencedores e participantes em geral pela sua prestação no curso.



Laura Marques Silva



Matilde Sousa Moniz



Beatriz Câmara Domingues



Mariana Medeiros Oliveira



Manuel Raposo Melo



Martim Furtado Plácido



Anabela da Silva Pacheco



Constança Pereira Silva



Santiago Costa Pavão



Jaime Marques Silva



Sara Sousa Rego



Xavier Pereira Melo



João Pedro Oliveira Resendes



Guilherme Sousa Viveiros



Inês Silva Correia



Rodrigo Sousa Santos



Letícia Pereira Viveiros



Afonso Costa Pavão



Alexandre Pacheco Aguiar Pinheiro Soares



Tomás Cabral Pacheco



Mariana Pereira Oliveira



João Duarte Teves Arruda



Bruna Alexandra Pavão Aguiar



João Miguel Correia Mendonça



João Paulo da Silva Sameiro



Gonçalo Sousa Palhares



Matilde Jesus Teixeira Pimentel



João Aníbal Pavão Gomes



José Pedro Moniz Pereira



André David Soares Oliveira



Cidália Miranda Ferreira



Maria Cristiana Ponte Oliveira

“A vontade de melhorar e superar os desafios propostos pelo formador, o desejo de ser profissional nas diversas técnicas da tosquia e de manejar, o entusiasmo em procurar a perfeição, ficaram plenamente demonstrados no último dia deste evento, ao decorrer a prova de avaliação.”



Maria Isabel Sousa Rego



Gabriel Capuchinho Silva Medeiros Botelho (Juvenil)



Maria Teresa Correia Melo (Juvenil)



Gabriel Sousa Moniz (Juvenil)



Xavier Silva Sousa (Juvenil)



João Ricardo Sousa Paiva (Juvenil)



Ana Isabel Viveiros Martins de Melo Galvão (Juvenil)



Nélia Carreiro Correia (Juvenil)



Bernardo Borges Lourenço (Juvenil)



Vasco Manuel Almeida Pereira (Juvenil)



Daniel Medeiros Massa (Juvenil)



Sofia Simões Melo (Juvenil)



Daniel Baltazar Sousa (Juvenil)



Filipe Travassos Sebastião (Juvenil)



David Ferreira Arruda (Juvenil)



António Pereira Silva (Juvenil)



Aline Andrade Medeiros (Juvenil)



Natacha Melo Machado (Juvenil)



Inês Moniz Carvalho (Juvenil)



Pedro Afonso Patrício (Juvenil)



Safira Câmara Ferreira (Juvenil)



Martim Lopes Ferreira (Juvenil)



Alice Pedro Albernaz (Juvenil)



Francisco Raposo Melo (Juvenil)



INSPEÇÕES TÉCNICAS PERIÓDICAS:

- TRATORES AGRÍCOLAS - REBOQUES AGRÍCOLAS

Ao abrigo do Decreto Legislativo Regional nº 18/2004/A de 13 de Maio

VEÍCULOS QUE DEVEM APRESENTAR-SE À INSPEÇÃO

PERIODICIDADES	DATA DA 1ª MATRÍCULA	COM VALIDADE
Primeira Inspeção: 4 Anos Seguintes: Anual	Deslocação Março – A partir de Dezembro 2018 Deslocação Junho – A partir de Março 2019 Deslocação Novembro – A partir de Agosto 2019	Deslocação Março – Até Junho 2024 Deslocação Junho – Até Setembro 2024 Deslocação Novembro – Até Fevereiro 2025

LOCAIS/DATAS DE REALIZAÇÃO DAS INSPEÇÕES

LOCALIDADE / INSTALAÇÕES	DATAS	HORAS
Arrifes Cooperativa Agrícola Bom Pastor	04/06/2024 18/11/2024	08:30-16:30H
Lomba da Maia Bombeiros Voluntários RG – L. da Maia	20/11/2024	09:00-16:30H
Vila Franca Bombeiros Voluntários de Vila Franca	03/06/2024 19/11/2024	09:00-16:30H
Povoação Cooperativa Agrícola do Leste - Povoação	21/11/2024	09:00-16:00H
Nordeste Bombeiros Voluntários Nordeste	22/11/2024	09:00-16:00H

Nota: Horário de Almoço das 12:00H às 13:00H

Documentos a Apresentar: Livrete/Registo de Propriedade e/ou Documento Único/Licenças Especiais/Ficha de Inspeção anterior/Apólice de Seguro/Contribuinte



AVISO 11/2024



AGROACRESCENTA

Portaria n.º 108/2023
de 7 de dezembro de 2023

Estão abertas até **30 de novembro de 2024**, as candidaturas ao Regime de Apoio ao Investimento na Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais

- **Despesas elegíveis**
 - Máquinas e equipamentos;
 - Aquisição, desenvolvimento ou utilização de softwares;
 - Ramais de baixa tensão (da rede pública ao quadro elétrico);
 - Ramais de água (da rede pública à entrada da exploração);
 - Equipamentos de proteção individual.
- **Comparticipação**
 - Montante máximo elegível 10.000€ (ou 15.000€ quando a candidatura é exclusivamente destinada à eletrificação);
 - Comparticipação de 50% do montante elegível
 - Possibilidade de majoração em função do estatuto do candidato, da atividade exercida ou detentores de certificações (Regimes de qualidade, bem-estar animal, MPB...);
 - Limitado a 50% do rendimento bruto da exploração do ano anterior
- **Candidaturas**
 - Postos de atendimento do SDASM ou <https://gestpdr.azores.gov.pt>

*O presente aviso não dispensa a consulta da legislação em vigor.

Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel
Quinta de São Gonçalo 9500-343 Ponta Delgada
Telefone: 296 204 300 / FAX: 296 653 169
e-mail: info.sdasm@azores.gov.pt

Postos de Atendimento
Cooperativa do Bom Pastor
Lomba da Maia
Nordeste
Povoação
Quinta de São Gonçalo
Ribeira Grande
Santo António
Vila Franca do Campo

O Diretor

Luís Estrela

Colóquio sobre a campanha de fertilizantes ENTEC e milhos DEKALB

No dia 3 de Abril, no Parque de Exposições de Santana, a Cooperativa União Agrícola com os seus parceiros Bayer e Deiba promoveram um Colóquio sobre a Campanha de sementeira de milhos forrageiros 2024. Este evento contou com a presença de cerca de 400 pessoas e teve como objetivo de promover as novas variedades de adubos e milhos e informar a lavoura sobre as tecnologias inovadoras de sementeira que estão a ser desenvolvidas na Europa, não esquecendo a importância que os adubos têm no sucesso das culturas.

Estes encontros são importantíssimos com o sentido de esclarecer os lavradores, uma vez que a **silagem de milho exerce um papel decisivo na produção de leite**, não só do ponto de vista da quantidade de litros produzidos, como também na qualidade deste leite. Na **alimentação dos bovinos produtores de leite e de engorda**, a silagem de milho de qualidade proporciona um alimento com elevada digestibilidade, palatabilidade e muito rico em energia, podendo fornecer **mais de 50% da energia digestível por hectare** quando comparado com outras culturas forrageiras.



Uma silagem de milho de alta qualidade só é possível semeando milhos híbridos que possam conferir alta digestibilidade às fibras e aos grãos. Esta tem sido uma preocupação da Cooperativa União Agrícola CRL, desde há muito tempo, desenvolvendo vários campos de ensaio na procura de **variedades geneticamente capazes de contribuir para uma maior e melhor produção de leite**.

No Campo Experimental de Santana, em 2023, a DEKALB voltou a presentear-nos com variedades de excelente aptidão genética para a alimentação das vacas leiteiras. Das diferentes variedades testadas, merecem especial atenção:

A **DKC 5432 (NOVA)**, **FAO 400 longo**, que nos apresentou

um potencial produtivo muito interessante na linha dos ciclos curtos. Esta possui maçarocas cilíndricas, bem rematadas e com inserção média-baixa na planta;

A **DKC 5911, FAO 500 intermédio**, com plantas médias e com folhas largas, maçarocas pesadas e com elevado número de filas. É uma variedade que garante altas produções em matéria seca por hectare;

A **DKC 6181, FAO 500 longo**, com uma produção de matéria verde e matéria seca por hectare muito equilibrada. Apresenta plantas médias-altas, com folhas largas e eretas. As maçarocas apresentam regularmente um elevado número de grãos, garantindo rendimentos elevados;

Por último, a **DKC 6308, também de FAO 500 longo**, sobressai aos demais pelo seu stay-green semelhante a um ciclo 600, mas com uma maturação mais precoce. As plantas têm um alto porte, caules resistentes e uma boa relação planta-maçaroca.

O sucesso destas variedades só é possível com a combinação das melhores escolhas que vai desde a preparação do solo até ao fecho do silo, passando não só pela escolha das variedades, mas também pelo bom planeamento dos fertilizantes aplicados à cultura.

A essência de uma boa aplicação dos adubos está em garantir as quantidades necessárias de nutrientes essenciais à cultura desde a sementeira até à colheita,

através do conhecimento da fertilidade das terras, das quantidades extraídas pelas plantas e pelas possíveis perdas.

O milho forrageiro, devido ao seu potencial produtivo, necessita de um importante fornecimento de nutrientes. Esta cultura responde muito bem à adubação com azoto amoniacal, sobretudo nas primeiras fases do seu desenvolvimento, já que o amónio promove uma maior absorção do fósforo, sendo este nutriente muito importante nas primeiras fases de desenvolvimento da cultura.

No entanto, como o azoto amoniacal transforma-se rapidamente em formas que facilmente se perdem no solo pela ação da chuva, a aplicação de adubos estabele-

zados ENTEC®, garantem uma permanência do azoto sob a forma amoniacal no solo durante vários meses, evitando assim as perdas deste elemento nutritivo e permitindo à planta absorvê-lo durante um período mais longo.

A aplicação de adubos com tecnologia ENTEC®, já é uma prática corrente desde alguns anos na cultura do **milho forrageiro nos Açores**, assim como nas pastagens, a qual tem vindo a ganhar cada vez mais adeptos fidelizados, resultante da **segurança, comodidade, qualidade e rendimento** conseguido quando se aplica adubos com tecnologia ENTEC®.



Definição de um plano de melhoramento genético: Como interpretamos as avaliações genéticas

No passado dia 29 de janeiro de 2024, Horácio Larrea, especialista em melhoramento genético, e responsável pelo programa de melhoramento genético da Semex, apresentou na Cooperativa União Agrícola, uma palestra focada na interpretação das avaliações genéticas, interpretação das provas dos touros e sua utilização para o plano genético da exploração.

Ficou patente que nos últimos anos, a produção mundial de leite tem registado grandes melhorias em várias áreas, nutrição, reprodução, instalações e conforto animal o que levou a um aumento na produção e eficiência por vaca.

Os próximos anos vão ser definidos pelas melhorias de produção relacionadas com a seleção genética.

A seleção genética no passado era feita com base nas observações, nos dados fenotípicos, classificação morfológica, contraste leiteiro, provas de descendência, que tornava o processo lento e dispendioso.

Com o surgimento da tecnologia genómica, há possibilidade de os produtores de leite saberem quais as vitelas que possuem as características pretendidas para a sua exploração, sejam elas características morfológicas, produtivas, saúde ou de eficiência, e reproduzi-las acasalando com os melhores touros para estes caracteres. Efetivamente, só acasalando os melhores com os melhores é que se obtém um verdadeiro progresso genético.

Um investimento em genética de alta qualidade é uma pequena percentagem do custo total de criar uma novilha. O custo de

criar novilhas de baixo valor genético ou de alto valor genético é o mesmo. Hoje em dia existem índices genéticos disponíveis para ajudar os produtores de leite a selecionarem, quer os touros, quer as vitelas de acordo com o objetivo futuro para a exploração.

Nos dias de hoje, selecionar leite, tipo, uberes, pés e pernas ainda é importante, mas usando as novas características de bem-estar e os índices genéticos podem ajudar os produtores a selecionar e criar vacas com maior eficiência.

Muitos produtores já estão familiarizados com o índice total de performance (TPI) calculado pela associação holstein americana. Este é um índice calculado com base em 46% para caracteres de produção, 28% para saúde e 26% para o tipo. Produtores interessados em obter animais equilibrados com boas características de tipo aumentam a sua produção e tem melhorias na longevidade e fertilidade, usando o TPI como índice de seleção.

Contudo, atualmente existem diferentes índices entre eles:

- Económicos, que tem o objetivo de melhorar o lucro das explorações dando ênfase às características de produção, saúde fertilidade, e bem-estar.

- Produtivos, focados na escolha de rentabilidade e eficiência durante a vida da vaca, beneficiando vacas que são capazes de ficar gestantes rapidamente após o parto e que deste modo tem uma maior produção durante a sua vida.

A genética nunca foi tão relevante para os produtores de leite como é hoje em dia e as empresas de sêmen são obrigadas a proporcionar touros com uma grande variedade de objetivos de seleção mantendo a eficiência e a produtividade.



O produtor de leite hoje em dia tem interesse em criar vacas com lactações lucrativas, resultando numa maior produção durante a sua vida, originando maior rentabilidade para a exploração.

Com o aumento da longevidade das vacas leiteiras, da produtividade e da eficiência das mesmas podemos utilizar menos alimento, menos área e menos água por litro de leite produzido, reduzindo assim a pegada de carbono.

Mais do que nunca, a genética é um investimento para o produtor de leite moderno.

HENRIQUE MONIZ LOURENÇO
ENG. ZOOTÉCNICO

ALTO NÍVEL DE QUALIDADE E EXPERIÊNCIA
SOLUÇÕES PARA O SEU TRATOR E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

VREDESTEIN
TYRES

PNEUS PARA A AGRICULTURA

A importância da plastificação dos rolos de erva

Nos últimos anos, o netwrap provou ser o método preferido de enfardamento ao usar enfardadeiras redondas. Ele oferece muitas vantagens em relação ao fio da enfardadeira, o que diminui o impacto dos custos de compra mais elevados em relação ao método anterior.

Os principais pontos incluem:

- MENOS DESGASTE DA ENFARDADEIRA

São necessárias menos rotações do rolo ao enrolar a rede, reduzindo drasticamente o desgaste da enfardadeira.

- MAIOR VELOCIDADE DE OPERAÇÃO

Os tempos reduzidos de enfardamento dos rolos melhoram o rendimento da enfardadeira, produzindo, em média, 15 a 20 rolos a mais por hora do que o método com fio.

- MELHOR COBERTURA DO ROLO

Os rolos embalados em rede mantêm um formato mais uniforme, facilitando o transporte e o manuseio, o que é particularmente

importante ao embalar rolos de silagem em uma enfardadeira automática. A cobertura do fardo de ponta a ponta também é essencial na embalagem da silagem, eliminando o ar do fardo para garantir forragem de melhor qualidade.

- MAIS FÁCIL DE REMOVER

Abrir um rolo enrolado em rede é uma operação simples e direta. O uso da rede elimina a tarefa difícil e cansativa de remover o fio da enfardadeira, especialmente em condições de gelo, e também é menos provável que seja apanhado pelo gado.

Verifique se a área onde o rolo fica está livre de sujidade e detritos. Certifique-se de que todas as superfícies metálicas com as quais a rede entra em contacto estão isentas de ferrugem, arestas vivas ou pontos de soldadura (lados da caixa da rede, barras espaçadoras e rolos, etc.) ou "caroços" de tinta seca em quaisquer superfícies que possam danificar a rede. Além disso, verifique se o caminho da rede até ao rolo atrás do mecanismo de alimentação não está sujo ou enferrujado, o que poderia restringir a passagem da rede du-

rante a alimentação - muitas vezes identificado por um "pedaço" de rede no início do ciclo de atamento.

Isto é especialmente importante ao iniciar o enfardamento após o armazenamento no inverno.

Certifique-se de que a rede esteja orientada corretamente. A alimentação incorreta da rede causará a aplicação de tensão incorreta, levando a dificuldades de alimentação e corte que, por sua vez, causarão problemas no ciclo subsequente de alimentação da rede. Quando a rede passa por uma série de barras fixas, certifique-se sempre de que estas estejam limpas e polidas para evitar atrito excessivo.

O atrito excessivo da rede ou uma superfície irregular fará com que a rede se rasgue.

Quando são utilizados dois rolos para alimentar a rede, é imperativo que estes estejam corretamente alinhados e tensionados um contra o outro, para permitir que a rede seja alimentada uniformemente e sob a tensão correta. Rolos alinhados incorretamente produzirão uma alimentação irregular correspondente e uma ação de corte subsequente

no final do ciclo de empacotamento. Isto resultará numa fraca cobertura do fardo e numa possível sujidade nos rolos de alimentação no início do ciclo seguinte.

Certifique-se de que os rolos de alimentação estejam limpos de qualquer humidade ou resíduo.

NUNCA use um agente de limpeza agressivo, como gasolina ou terebintina, para limpar o rolo de borracha.

Limpe sempre os rolos de borracha com giz francês ou pó de talco ao carregar um novo rolo de rede ou use spray antiestático para reduzir a estática da rede durante a operação.

Isto evita que a rede fique suja e se enrole nos rolos durante a alimentação.

Inspeccione cuidadosamente a condição das juntas de correia nas enfardadeiras de câmara variável quanto a danos ou conexões desgastadas, pois isso prenderá a rede e causará um rasgo, que dividirá a rede no fardo.

Certifique-se de que a faca ou superfície de corte esteja limpa e sem danos. Uma ação de corte ina-

dequada resultará em uma "cauda" irregular na rede, que pode ficar emaranhada nos rolos e no mecanismo de alimentação.

A resistência da malha depende das cadeias mais espessas na "Direção da Máquina", suportando a pressão de expansão do rolo.

Por outro lado, as fitas cruzadas mais finas mantêm o espaçamento das cadeias, mas não suportam a pressão de expansão do fardo. A remoção destas fitas mais finas não comprometerá a integridade do fardo.

O peso da malha por metro (g/m) não determina sua resistência. Polímeros avançados usados na fabricação podem garantir resistência semelhante ou superior, ao mesmo tempo, reduzir a quantidade de plástico. Esta inovação permite rolos mais leves sem sacrificar a resistência ou o comprimento.

A nova tecnologia da Novatex é mais leve e mais forte, em rolos para melhor manuseamento.

PEDRO BORGES



GOVERNO DOS AÇORES
Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação

É Obrigatório o Registo de Criadores com fins Comerciais de Animais de Companhia

Decreto Legislativo Regional n.º 13/2023/A, 14 de abril

Registo

E-mail: info.dsv@azores.gov.pt
Telefone: 295 404 200

FertiSmart

FertiSmart

MONOSEM

SEMEADORES DE PRECISÃO



BAYER

DEKALB

**Juntos
construímos o futuro!**


Governo dos Açores

AVISO 14/2024

**Candidaturas Ajudas
Animais e Vegetais
POSEI, PRORURAL +
PEPAC 2024**

Informa-se que decorrem até **31 de maio de 2024**, nos Postos de Atendimento do Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel as candidaturas para o ano de 2024 - 2ª fase referentes ao POSEI e PEPAC 2024*.

NÃO DEIXE A SUA CANDIDATURA PARA O FIM DO PRAZO!

Documentos necessários:

- Senha de acesso ao SIAGRI (senha GestPDR);

Para produtores sem Identificação de Beneficiário do IFAP (IB) será ainda necessário:

- Bilhete de Identidade, Cartão de Contribuinte ou Cartão de Cidadão e NIB;
- Em caso de sociedades, é necessário o código de acesso à Certidão Permanente ou certidão de Registo Comercial atualizada.

* O prazo de apresentação das candidaturas às medidas agroambientais e climáticas (incluindo agricultura biológica) termina a 25 de junho

O presente aviso não dispensa a consulta da legislação em vigor.

Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel
Quinta de São Gonçalo 9500-343 Ponta Delgada
Telefone: 296 204 300 / FAX: 296 653 169
e-mail: info.sdasm@azores.gov.pt

Postos de Atendimento
Cooperativa do Bom Pastor
Lomba da Maia
Nordeste
Povoação
Quinta de São Gonçalo
Ribeira Grande
Santo António
Vila Franca do Campo

O Diretor


Luís Estrela



RAÇÕES SANTANA
A NUTRIÇÃO AO SERVIÇO DA LAVOURA

Desafios do plástico no futuro

Após muitos anos de utilização de plástico sem controlo, a União Europeia (UE) tomou medidas para controlar os plásticos na Europa.

Existem dois tipos de plásticos, os utilizados em produtos duráveis e os utilizados para uso único.

Os plásticos descartáveis representam um problema ambiental

Neste momento, a agricultura representa uma baixa percentagem da utilização de plástico, apenas 4% de toda a utilização mundial.

Mas os grandes fabricantes europeus sabem que isto vai mudar e as leis são muito restritivas para embalagens descartáveis, especificamente filmes e garrafas.

Espera-se que a percentagem



Central de reciclagem agrícola 2015



ques químicos, porém o plástico industrial é um plástico com baixas necessidades técnicas, a razão pela qual no **plástico agrícola os desafios são muito maiores do que no plástico industrial** e que os grandes fabricantes devem ter departamentos agrícolas fortes para poderem enfrentar as mudanças futuras.

Quais são essas mudanças?

- **Ecodesign:** Fabricar com menor espessura para utilizar menos plástico nos produtos, mas ao mesmo tempo ser muito resistente para evitar fragmentação.

- **Reciclagem:** Introduzir plástico reciclado nos produtos, mas mantendo as características técnicas, não esqueçamos que o plástico é necessário para a conservação dos alimentos e ao mesmo tempo resistente a todas as agressões externas.

Neste ponto cabe ressaltar que os produtos devem ser reciclados a partir de produtos da mesma natureza, ou seja, **reciclagem pós-consumo**. Assim, estão a ser realizadas grandes campanhas de marketing para produtos onde a lei já estabelece as diretrizes, por exemplo garrafas.

Devido à pirâmide ambiental não é possível queimar ou depositar em aterro (salvo autorizações expressas) por isso devemos reciclar o plástico, mas o que acontece com o plástico agrícola.

Os grandes fabricantes europeus devem mudar o conceito de fábricas.

A Barbier, como 1º fabricante em França e 3º na Europa, teve que mudar o conceito e tor-

nar-se numa empresa de reciclagem. Atualmente, é o primeiro a recolher plástico agrícola em França, com **2 centrais de reciclagem**, uma para reciclagem industrial e outra para reciclagem agrícola, com 7 linhas de reciclagem.

Com tudo isso, adquire-se o conhecimento e a tecnologia necessários para poder oferecer produtos de qualidade, introduzindo material reciclado pós-consumo.

Assim, oferecer produtos para a agricultura que cumpram as normas europeias de sustentabilidade e também poder evitar campanhas de descrédito dos produtos finais devido à utilização de materiais ambientalmente insustentáveis.

ENRIQUE COLLADO

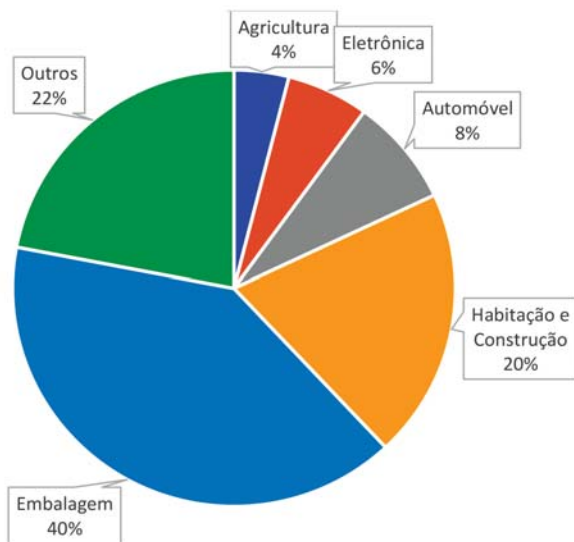


sem precedentes em todo o mundo. Todos os dias podemos ver notícias negativas sobre os plásticos, as empresas multinacionais tentam evitar estes produtos porque prejudicam a sua reputação, mas muitas vezes a substituição não é possível, razão pela qual a reutilização, o eco-design e a reciclagem são necessários.

Para compreender a base jurídica de todas as leis, é preciso saber que todas elas se ba-

de reutilização ou reciclagem destes produtos cresça significativamente nestes anos, devido às fortes medidas implementadas.

O plástico Agrícola é um plástico descartável, está classificado na lei, portanto todas as medidas também se aplicarão a estes produtos, de momento estes plásticos estão isentos do imposto. Devemos saber que a nível social existe uma sensibilidade forte, quando caminhamos pelo campo pode-



sejam no princípio da hierarquia ambiental.

Para impulsionar o investimento da pirâmide ambiental em 2023, foram estabelecidos impostos sobre o plástico, taxas de aterro e uma proibição de exportação ou importação de plástico da UE.

mos ver garrafas de plástico, bolsas de plástico e fragmentos de plástico agrícola.

Deve-se levar em conta que o plástico agrícola é o plástico mais técnico que existe, tem que ficar um ano ao ar livre, sob raios UV e exposto a manipulações e ata-

Ficha Técnica

Propriedade

Cooperativa União Agrícola, CRL
Recinto da Feira, Campo de Santana

Site: <http://www.aasm-cua.com.pt>

Telf: 296 490 000

Director: Engº Nuno Sousa

Gráfica: Ega - Empresa Gráfica

Açoreana, Lda

Tiragem desta edição: 3200 exemplares

Cooperativa União Agrícola, CRL
Recinto da Feira Campo de Santana
Telf: 296 490 000



Associação Agrícola de São Miguel Balanço em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

Ativo	Notas	31.Dez.23	31.Dez.22
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	9	31.462,50	32.960,72
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Participações Financeiras - Método Equivalência Patrimonial	15	113.169,31	45.973,79
Outros Investimentos Financeiros	15	157.986,51	157.409,45
Créditos a Receber		549.869,00	549.869,00
Ativos por Impostos Diferidos		0,00	0,00
Total do Ativo Não Corrente		852.487,32	786.212,86
Ativo Corrente			
Inventários		0,00	0,00
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos		0,00	0,00
Capital Subscrito e não realizado		0,00	0,00
Outras Créditos a Receber	24	1.243.312,25	1.189.922,47
Diferimentos		0,00	0,00
Ativos Financeiros Detidos para Negociação		0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros		0,00	0,00
Ativos Não Correntes Detidos para Venda		0,00	0,00
Caixa / Depósitos Bancários	5	56.304,52	127.289,80
Total do Ativo Corrente		1.299.616,77	1.317.212,27
Total do Ativo		2.152.104,09	2.103.425,23
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprios			
Capital Subscrito		0,00	0,00
Ações / Quotas Próprias		0,00	0,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio		0,00	0,00
Prémios de Emissão		0,00	0,00
Reservas Legais		0,00	0,00
Outras Reservas		363.758,30	363.758,30
Resultados Transitados		1.416.545,77	1.406.464,65
Excedentes de Revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio		31.515,15	22.254,72
Dividendos Antecipados		0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		44.688,89	13.875,64
Total do Capital Próprio		1.856.508,11	1.806.353,31
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	37	105.659,88	65.000,00
Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Responsabilidade por Benefícios Pós-Emprego		0,00	0,00
Passivos por Impostos Diferidos		0,00	0,00
Outras Dívidas a Pagar		0,00	0,00
Total do Passivo Não Corrente		105.659,88	65.000,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	24	4.017,27	77.483,25
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	25	25.718,64	22.405,58
Financiamentos / Obtidos	12	0,00	25.000,01
Outras Dívidas a Pagar	24	160.200,19	107.183,08
Diferimentos	24	0,00	0,00
Passivos Financeiros Detidos para Negociação		0,00	0,00
Outros Passivos Financeiros		0,00	0,00
Passivos Não Correntes Detidos para Venda		0,00	0,00
Total do Passivo Corrente		189.936,10	232.071,92
Total do Passivo		295.595,98	297.071,92
Total dos Capitais Próprios e do Passivo		2.152.104,09	2.103.425,23

Contas da AASM e CUA aprovadas

Apresentação de contas da AASM e CUA aprovadas.

Decorreu no passado dia 26 de março, as Assembleias gerais da Associação Agrícola de São Miguel e da Cooperativa União Agrícola referentes à apresentação dos relatórios e contas destas Instituições, tendo sido aprovadas.

Parecer do Conselho Fiscal

De acordo com os Estatutos, examinamos as contas da Associação Agrícola de S. Miguel que compreende o Balanço e Demonstração de Resultados do exercício de 2023, documentos estes que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, mantidos em conformidade com os preceitos legais.

Para tal este conselho reuniu diversas vezes ao longo do exercício afim de verificar diversos documentos contabilísticos pelo método de amostragem, foram também efectuadas reuniões com os responsáveis de diversos departamentos afim de prestarem explicações sobre o funcionamento dos mesmos, bem como dos problemas com que se debatiam.

Das reuniões acima referidas foram elaboradas actas que ficam arquivadas em dossier próprio a guarda desta Associação.

Assim salientamos:

O papel desempenhado pelo Conselho de Administração desta Associação na defesa intransigente do setor;

Os fornecimentos e serviços externos que montam em 348.957,62 euros.

As quotizações dos associados apresentam um valor de 881.435,39 euros.

O Resultado Líquido do Período de 44.688,89 euros.

É nossa convicção que os citados documentos de prestação de contas, apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes a situação financeira desta Associação em 31/12/2023, bem como os resultados das suas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, aplicados de forma consistente, pelo que somos de parecer favorável a aprovação das mesmas sem quaisquer reservas.

Santana, 26 de março de 2024

O Conselho Fiscal
Paulo José Machado Cruz
José Carlos Borges Tavares
José Dinis Sousa Ferreira



Associação Agrícola de São Miguel Demonstração dos Resultados por Naturezas

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.23	31.Dez.22
Vendas e Serviços Prestados		0,00	0,00
Subsídios à Exploração	32	526.683,43	367.250,12
Ganhos / Perdas de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos		10.435,09	11.129,03
Variação Nos Inventários da Produção		0,00	0,00
Trabalhos para a Própria Entidade		0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e Serviços Externos	27	-348.957,62	-339.116,26
Gastos com o Pessoal	28	-961.210,77	-884.719,38
Imparidade de Inventários (perdas / reversões)		0,00	0,00
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas / reversões)	14	-4.231,51	-39.199,20
Provisões (aumentos / reduções)	37	-40.659,88	30.000,00
Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
Aumentos Reduções de Justo Valor		211,33	0,00
Outros Rendimentos	29	875.998,00	883.645,53
Outros Gastos	30	-11.944,34	-10.127,31
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		46.323,73	18.862,53
Gastos / Reversões de Depreciações	31	-1.498,22	-1.498,22
Imparidade de Investimentos Depreciáveis / Amortizáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		44.825,51	17.364,31
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	26	0,00	0,00
Juros e Gastos Similares Suportados	26	-136,62	-1.726,37
Resultado Antes de Impostos		44.688,89	13.875,64
Imposto Sobre Rendimento do Período		0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		44.688,89	13.875,64

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE SÃO MIGUEL, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 2.152.104 euros e um total de capital próprio de 1.856.508 euros, incluindo um resultado líquido de 44.689 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE SÃO MIGUEL em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segu-

rança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a

capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 18 de março de 2024

Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta
(ROC nº520)



Cooperativa União Agrícola, CRL Balanço em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

Ativo	Notas	31.Dez.23	31.Dez.22
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	9	9.621.907,88	9.573.705,68
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos Intangíveis	8	8.157,71	11.653,47
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Participações Financeiras - Método Equivalência Patrimonial	15	70.581,12	104.210,67
Outros Investimentos Financeiros	15	94.091,40	87.564,19
Créditos a Receber		0,00	0,00
Ativos por Impostos Diferidos		0,00	0,00
Total do Ativo Não Corrente		9.794.738,11	9.777.134,01
Ativo Corrente			
Inventários	20	13.327.068,38	16.291.733,15
Ativos Biológicos	20	913.610,05	587.264,63
Clientes	23	18.564.508,35	18.382.487,64
Estado e Outros Entes Públicos	25	360.633,75	430.489,60
Capital Subscrito e não realizado		0,00	0,00
Outras Créditos a Receber	24	5.908.509,88	7.113.022,99
Diferimentos		0,00	82.987,81
Ativos Financeiros Detidos para Negociação		0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros		0,00	0,00
Ativos Não Correntes Detidos para Venda		0,00	0,00
Caixa / Depósitos Bancários	5	918.333,63	1.618.910,90
Total do Ativo Corrente		39.992.664,04	44.506.896,92
Total do Ativo		49.787.402,15	54.284.030,93
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprios			
Capital Subscrito		195.000,00	195.000,00
Ações (Quotas) Próprias		0,00	0,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio		155.000,00	155.000,00
Prémios de Emissão		0,00	0,00
Reservas Legais		2.025.985,83	2.025.985,83
Outras Reservas		18.053.461,79	18.053.461,79
Resultados Transitados		14.076.570,00	12.117.512,34
Excedentes de Revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio		1.445.920,42	2.014.316,90
Resultado Líquido do Período		2.895.722,71	1.909.535,72
Total do Capital Próprio		38.847.660,75	36.470.812,58
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Responsabilidade por Benefícios Pós-Emprego		0,00	0,00
Passivos por Impostos Diferidos		0,00	0,00
Outras Dívidas a Pagar		0,00	0,00
Total do Passivo Não Corrente		0,00	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	24	3.467.586,06	3.190.070,68
Adiantamentos de Clientes	23	150.886,06	122.275,29
Estado e Outros Entes Públicos	25	195.139,63	192.781,01
Financiamentos / Obtidos	12	6.349.549,54	13.151.272,74
Outras Dívidas a Pagar	24	776.580,11	1.156.818,63
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos Financeiros Detidos para Negociação		0,00	0,00
Outros Passivos Financeiros		0,00	0,00
Passivos Não Correntes Detidos para Venda		0,00	0,00
Total do Passivo Corrente		10.939.741,40	17.813.218,35
Total do Passivo		10.939.741,40	17.813.218,35
Total dos Capitais Próprios e do Passivo		49.787.402,15	54.284.030,93

Parecer do Conselho Fiscal

De acordo com os Estatutos, examinamos as contas da Cooperativa União Agrícola CRL. Que compreende o Balanço e Demonstração de Resultados do exercício de 2023, documentos estes que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, mantidos em conformidade com os preceitos legais.

Para tal este conselho reuniu diversas vezes ao longo do exercício a fim de verificar diversos documentos contabilísticos pelo método de amostragem, foram também efectuadas reuniões com os responsáveis dos diversos departamentos a fim de prestarem explicações sobre o funcionamento dos mesmos, bem como dos problemas com que se debatiam.

Das reuniões acima referidas foram elaboradas actas que ficam arquivadas em dossier próprio a guarda desta Cooperativa.

Assim salientamos o seguinte:

Relativamente ao Balanço

Os investimentos realizados nos últimos anos o que leva que a conta de activos fixos tangíveis apresente um valor 9.621.907,88 euros.

O valor de inventários que ascende a 13.327.068,38 euros e ativos biológicos que montam em 913.610,05 euros.

Ainda é notório o valor da rubrica de clientes de 18.564.508,35 euros.

Realça-se o valor dos capitais próprios em 38.847.660,75 euros.

Relativamente à Demonstração de Resultados

O volume de negócios que no exercício em análise atinge o montante 71.702.405,73 euros representando um aumento de 6,39% face ao exercício anterior.

Os subsídios à exploração no valor de 1.130.640,95 euros.

Os Custos com o pessoal que montam em 6.221.929,04 euros.

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos que ascende a 5.168.465,75 euros.

O Resultado líquido do exercício de 2.895.722,71 euros.

É nossa convicção que os citados documentos de prestação de contas, apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes a situação financeira desta Cooperativa em 31/12/2023, bem como os resultados das suas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, aplicados de forma consistente. Pelo que somos de parecer favorável a aprovação das mesmas sem quaisquer reservas.

Santana, 26 de março de 2024

O Conselho Fiscal
Paulo José Machado Cruz
José Carlos Borges Tavares
José Dinis Sousa Ferreira



Cooperativa União Agrícola, CRL Demonstração dos Resultados por Naturezas 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.23	31.Dez.22
Vendas e Serviços Prestados	22	71.702.405,73	67.392.693,24
Subsídios à Exploração	32	1.130.640,95	1.425.839,85
Ganhos / Perdas de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	17	15.659,24	4.372,67
Variação Nos Inventários da Produção	20	777.167,99	873.423,06
Trabalhos para a Própria Entidade		0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	20	-57.221.257,76	-55.086.834,58
Fornecimentos e Serviços Externos	27	-5.168.465,75	-5.296.537,69
Gastos com o Pessoal	28	-6.221.929,04	-5.974.910,20
Imparidade de Inventários (perdas / reversões)	14	-150.000,00	0,00
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas / reversões)	14	-1.402.797,17	-298.789,40
Provisões (aumentos / reduções)		0,00	0,00
Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
Aumentos Reduções de Justo Valor	19	326.022,70	-164.255,37
Outros Rendimentos e Ganhos	29	821.056,39	842.697,09
Outros Gastos e Perdas	30	-266.479,27	-236.311,90
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		4.342.024,01	3.481.386,77
Gastos / Reversões de Depreciações	31	-1.202.038,33	-1.331.799,55
Imparidade de Investimentos Depreciáveis / Amortizáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		3.139.985,68	2.149.587,22
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	26	103.102,47	64.003,08
Juros e Gastos Similares Suportados	26	-296.185,44	-267.634,58
Resultado Antes de Impostos		2.946.902,71	1.945.955,72
Imposto Sobre Rendimento do Período		-51.180,00	-36.420,00
Resultado Líquido do Período		2.895.722,71	1.909.535,72

Certificação Legal das Contas Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da COOPERATIVA UNIÃO AGRÍCOLA, C.R.L., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 49.787.402 euros e um total de capital próprio de 38.847.661 euros, incluindo um resultado líquido de 2.895.723 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos matérias, a posição financeira da COOPERATIVA UNIÃO AGRÍCOLA, C.R.L. em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em frau-

de ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos

chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 18 de março de 2024

Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta
(ROC n.º 520)

Assembleia-geral da Federação Agrícola dos Açores **renova confiança na direção liderada por Jorge Rita**



A Federação Agrícola dos Açores teve a sua assembleia-geral ordinária no passado dia 8 de março, na sede da sua associada a Associação Agrícola de São Miguel.

Nesta assembleia foram aprovadas por unanimidade as contas do exercício de 2023 e de seguida, procedeu-se ao ato eleitoral do biénio 2024-2026.

Foi apresentada uma lista que manteve a composição da atual direção da Federação Agrícola dos Açores e que teve o voto unânime na reeleição de Jorge Rita como presidente da direção, através da sua presidência na Associação Agrícola de São Miguel.

Na presidência da Mesa da Assembleia-geral, mantém-se a Associação de Agricultores da Ilha Graciosa enquanto o que o Conselho Fiscal passa a ser presidido pela Associação dos Jovens Agricultores Terceirenses.

Para Jorge Rita esta reeleição é bem demonstrativa da coesão do movimento associativo e da confiança que as associadas têm nesta Direção relativamente aos desafios que se avizinham.

A Direção eleita mantém o compromisso de realçar a importância da Agricultura como atividade central para o desenvolvimento social e económico e para isso vai continuar a reivindicar por melhores políticas e condições junto do Governo dos Açores, do Governo Nacional e das Instâncias Europeias, para que os diversos setores da produção possam ser uma opção para manutenção das pessoas nos espaços rurais, mas sobretudo serem atrativas para entrada de jovens agricultores que tanto é necessário para o rejuvenescimento do tecido produtivo.

Também no âmbito da sua representação nos vários organismos interprofissionais,

nomeadamente na Confederação dos Agricultores de Portugal, no Centro Açoriano de Leite e Lacticínios ou no Centro de Estratégia Regional para a Carne dos Açores, a prossecução de encontrar um método que formule um preço mais justo à produção.

No âmbito do Conselho Económico e Social e dos vários grupos trabalho colocar a Agricultura e os Agricultores no centro das estratégias para o progresso dos Açores.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS BIÉNIO 2024-2026

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Associação de Agricultores da Ilha Graciosa
1º Secretário: Associação de Agricultores da Ilha de São Jorge
2º Secretário: Núcleo de Criadores de Raças Bovinas de Carne da Ilha Terceira

DIRECÇÃO

Presidente: Associação Agrícola de São Miguel
1º Vice-Presidente: Associação Agrícola da Ilha Terceira
2º Vice-Presidente: Associação de Agricultores da Ilha do Pico
3º Vice-Presidente: FRUTER
4º Vice-Presidente: Associação Agrícola da Ilha das Flores
Suplente: Associação de Agricultores da Ilha do Faial

CONSELHO FISCAL

Presidente: Associação dos Jovens Agricultores Terceirenses
1º Vogal: Associação dos Jovens Agricultores Micaelenses
2º Vogal: Associação de Agricultores de Santa Maria
Suplente: Aflorestadores- Associação Florestal dos Açores



Associação Agrícola de São Miguel **inicia reuniões pelas Câmaras Municipais da Ilha**

A Associação Agrícola de São Miguel iniciou na Povoação e na Lagoa, um conjunto de reuniões com as câmaras municipais da ilha de São Miguel. Esta iniciativa surge na sequência da necessidade de alertar os municípios para as questões agrícolas e os seus impactos a nível local, que surgem em muitos casos das exigências que

são impostas aos agricultores, principalmente, as decorrentes das boas práticas agrícolas e ambientais integradas na Política Agrícola Comum, que obrigam a alterar duma forma periódica os procedimentos a adotar nas explorações agrícolas, pelo que, se torna imprescindível adaptar a legislação e as regras em

vigor nos municípios, à renovação sistemática das linhas de orientação das políticas agrícolas. Assim, foram abordados nestes encontros assuntos que se revestem de grande importância na gestão das explorações agrícolas, nomeadamente a necessidade de existirem sempre, infraestruturas agrícolas

(caminhos e abastecimento de água às explorações) em condições; Apelo para a atualização e uniformização dos pressupostos dos Planos Diretores Municipais; Harmonização dos códigos de conduta municipais na aplicação de estrumes e chorumes nas pastagens e nas taxas de licença das construções agrícolas e afins.